



# Estratégia

CONCURSOS

## Aula 08

**Legislação de Interesse da Atividade de Inteligência p/ ABIN**

Professor: Ricardo Vale

**AULA 08- LEGISLAÇÃO DE INTERESSE DA ATIVIDADE  
DE INTELIGÊNCIA**

SUMÁRIO	PÁGINA
1-Palavras Iniciais	1
2- Medida Provisória nº 2.186-16	2 – 25
3- Lista de Questões e Gabarito	26 - 30

Olá, amigos do Estratégia Concursos! Tudo bem?

Estamos quase chegando ao final do nosso curso. Essa é a nossa penúltima aula de teoria, na qual estudaremos a **Medida Provisória n.º 2.186-16**, que trata de assuntos como a **biodiversidade** e o **acesso ao patrimônio genético**. Enfim, são assuntos bastante importantes para a defesa nacional, uma vez que o Brasil conta com uma enorme e rica biodiversidade, particularmente na região amazônica.

Vamos em frente, futuros servidores da ABIN! 😊

Um abraço,

Ricardo Vale

**"O segredo do sucesso é a constância no objetivo!"**

## 1- Medida Provisória nº 2.186-16:

### 1.1- Introdução:

A Medida Provisória nº 2.186-16 foi publicada em 23 de agosto de 2001. Ela tem diversos objetivos, quais sejam:

**a)** Regulamentar o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal de 1988.

O art. 225 da CF/88 trata do meio ambiente. Em seu § 1º, inciso II, ele dispõe que cabe ao Poder Público **preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético** do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético. O patrimônio genético é, assim, um bem constitucionalmente protegido. Destaque-se que, quando se fala em **patrimônio genético**, estamos fazendo referência às informações de natureza genética oriundas dos seres vivos, qualquer que seja a espécie.

O art. 225, § 4º, por sua vez, dispõe que a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são **patrimônio nacional**, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de **condições que assegurem a preservação do meio ambiente**, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

O patrimônio genético do Brasil é muito rico e, portanto, sua proteção merece toda a atenção do Poder Público. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, estima-se que o Brasil possui cerca de 2 milhões de espécies nativas.

**b)** Regulamentar os arts. 1º, 8º, alínea “j”, art. 10, alínea “c”, arts. 15 e 16, alíneas “3 e 4”, da Convenção sobre Diversidade Biológica.

A Convenção sobre Diversidade Biológica é um tratado internacional que, dentre outros pontos, reconhece que a conservação da diversidade biológica é uma preocupação comum da humanidade e que os Estados têm direitos soberanos sobre seus recursos biológicos.

Os objetivos da convenção, enunciados em seu art. 1º, são a **conservação da diversidade biológica**, a **utilização sustentável de seus componentes** e a **repartição justa e equitativa dos benefícios** derivados da utilização dos recursos genéticos. Conservar a diversidade biológica consiste em proteger as diversas formas de vida; utilizar de forma sustentável os componentes do patrimônio genético, por sua vez, significa utilizá-los de forma a preservá-los para o uso das gerações futuras.

Nem sempre a repartição dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos é feita de forma justa (equitativa). Muitas vezes, os países que originalmente detêm os recursos genéticos são privados, por meio da **biopirataria**, de usufruir dos **benefícios decorrentes da exploração econômica** do patrimônio genético. Repartir de forma justa esses benefícios e impedir a prática da biopirataria é um dos objetivos da Convenção sobre Diversidade Biológica.

c) Dispor sobre o **acesso ao patrimônio genético**; a **proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado**; a **repartição de benefícios**; e o **acesso à tecnologia e transferência de tecnologia** para a conservação e utilização da diversidade biológica.

...

Segundo o art. 1º, da Medida Provisória nº 2.186-16, esta dispõe sobre os **bens, os direitos e as obrigações** relativos:


**I** - ao **acesso a componente do patrimônio genético** existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva para fins de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico ou bioprospecção;

A MP nº 2.186-16 define patrimônio genético da seguinte forma:

*"**Patrimônio genético**: informação de origem genética, contida em amostras do todo ou de parte de espécime vegetal, fúngico, microbiano ou animal, na forma de moléculas e substâncias provenientes do metabolismo destes seres vivos e de extratos obtidos destes organismos vivos ou mortos, encontrados em condições **in situ**, inclusive domesticados, ou mantidos em coleções **ex situ**, desde que coletados em condições **in situ** no território nacional, na plataforma continental ou na zona econômica exclusiva."*


O patrimônio genético brasileiro é aquele encontrado no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva. Ao mencionar "**condições in situ**", a MP nº 2.186-16 está se referindo aos seres vivos encontrados em seus **habitats naturais**. Por sua vez, "**conservação ex situ**" consiste na conservação de componentes da diversidade biológica **fora de seus habitats naturais**.

O acesso aos componentes do patrimônio genético é importante para fins de **pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico e bioprospecção**. Destaque-se que **é vedado** o acesso ao patrimônio genético para **práticas nocivas** ao meio ambiente e à saúde humana e para o desenvolvimento de armas biológicas e químicas.

	<p><b>Bioprospecção:</b> <b>atividade exploratória</b> que visa identificar componente do patrimônio genético e informação sobre conhecimento tradicional associado, com potencial de uso comercial.</p> <p>Suponha, por exemplo, que um laboratório brasileiro colha uma amostra para estudos de uma planta nativa da região Amazônica considerada pela comunidade indígena local como a “planta do rejuvenescimento”. Os índios costumam usar a planta para fazer um chá que combate diversas doenças.</p> <p>Veja que, nesse caso, o laboratório efetuou uma atividade de <b>bioprospecção</b>. Ele buscou identificar um componente do patrimônio genético e informação sobre conhecimento tradicional associado (experiência dos índios sobre a planta) com potencial de uso comercial.</p>
---	--

O acesso ao patrimônio genético existente no País somente será feito mediante **autorização da União** e terá o seu **uso, comercialização e aproveitamento** para quaisquer fins **submetidos à fiscalização, restrições e repartição de benefícios** nos termos e nas condições estabelecidos na MP nº 2.186-16 e no seu regulamento.

**II** - ao acesso ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, relevante à conservação da diversidade biológica, à integridade do patrimônio genético do País e à utilização de seus componentes;


	<p><b>Conhecimento tradicional associado:</b> <b>informação ou prática individual ou coletiva</b> de comunidade indígena ou de comunidade local, com valor real ou potencial, associada ao patrimônio genético.</p> <p><b>Acesso ao conhecimento tradicional associado:</b> <b>obtenção de informação</b> sobre conhecimento ou prática individual ou coletiva, associada ao patrimônio genético, de comunidade indígena ou de comunidade local, para fins de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico ou bioprospecção, visando sua aplicação industrial ou de outra natureza.</p> <p><b>Comunidade local:</b> <b>grupo humano</b>, incluindo remanescentes de comunidades de quilombos, distinto por suas condições culturais, que se organiza, tradicionalmente, por <b>gerações sucessivas e costumes próprios</b>, e que conserva suas instituições sociais e econômicas. Segundo dados do MMA, existem, no Brasil,</p>
---	--

	mais de 220 etnias indígenas e diversas comunidades quilombolas, as quais detêm conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético brasileiro.
--	--

**III** - à repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração de componente do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado; e

Os benefícios devem ser repartidos com as **comunidades locais** detentoras do conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético e com os **proprietários das áreas** (públicas ou privadas) onde estiverem os recursos genéticos.

**IV** - ao acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para a conservação e a utilização da diversidade biológica.

	<b>Acesso à tecnologia e transferência de tecnologia:</b> ação que tenha por objetivo o <b>acesso, o desenvolvimento e a transferência de tecnologia</b> para a conservação e a utilização da diversidade biológica ou tecnologia desenvolvida a partir de amostra de componente do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado.
--	---

Por último, cabe destacar que a Medida Provisória nº 2.186-16 **não se aplica** ao **patrimônio genético humano**.

Vejamos como esses assuntos podem ser cobrados em prova!



**1. (ABIN-Agente de Inteligência-2008) Considera-se bioprospecção a atividade exploratória por meio da qual se visa identificar componente do patrimônio genético e informação sobre conhecimento tradicional associado, com potencial de uso comercial.**

#### **Comentários:**

Segundo o art. 7º, inciso VII, da MP nº 2.186-16, bioprospecção é atividade exploratória que visa identificar componente do patrimônio

genético e informação sobre conhecimento tradicional associado, com potencial de uso comercial. Questão correta.

**2. (ABIN-Oficial de Inteligência-2008) No conceito da atividade exploratória de bioprospecção não se inclui a necessidade do potencial de uso comercial do componente do patrimônio genético.**

**Comentários:**

A bioprospecção envolve a potencialidade de uso comercial do componente do patrimônio genético ou de conhecimento tradicional associado. Questão errada.

**3. (Questão Inédita) A MP nº 2.186-16 dispõe sobre os bens, os direitos e as obrigações relativos, dentre outros, ao acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva para fins de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico ou bioprospecção.**

**Comentários:**

De fato, a referida medida provisória trata do acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva. Questão correta.

**4. (Questão Inédita) O acesso ao patrimônio genético existente no Brasil depende somente da autorização das comunidades locais e terá o seu uso, comercialização e aproveitamento para quaisquer fins submetidos à fiscalização, restrições e repartição de benefícios nos termos e nas condições estabelecidos na MP nº 2.186-16 e no seu regulamento.**

**Comentários:**

O acesso ao patrimônio genético depende de autorização da União. Questão errada.

**5. (Questão Inédita) Os benefícios derivados da exploração de componente do patrimônio genético devem ser repartidos de forma justa e equitativa.**

**Comentários:**

A repartição justa e equitativa dos benefícios é um dos objetivos da MP nº 2.186-16. Questão correta.



**6. (Questão Inédita) A MP nº 2.186-16 dispõe sobre os bens, os direitos e as obrigações relativos, dentre outros, ao acesso a componente do patrimônio genético humano existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva.**

**Comentários:**

A MP nº 2.186-16 não se aplica ao patrimônio genético humano. Questão errada.

**7. (Questão Inédita) Patrimônio genético é toda informação de origem genética, contida em amostras do todo ou de parte de espécime vegetal, fúngico, microbiano ou animal, na forma de moléculas e substâncias provenientes do metabolismo destes seres vivos e de extratos obtidos destes organismos vivos ou mortos, encontrados em condições *ex situ*.**

**Comentários:**

A questão até que estava indo bem! Só escorregou no finalzinho!☺ Na verdade, o patrimônio genético é uma informação de origem genética encontrada em organismos vivos ***em condições in situ, ou seja, em seu habitat natural***. Também pode ser obtida em organismos mantidos em condições *ex situ*, mas desde que estes tenham sido coletados em condições *in situ*. Questão errada.

## **1.2 – Proteção ao Conhecimento Tradicional Associado:**

Os conhecimentos tradicionais das comunidades indígenas e locais são uma forma mais rápida de se alcançar resultados econômicos a partir do uso do patrimônio genético. O uso dos conhecimentos tradicionais permite, ainda, que sejam economizados milhões e milhões em pesquisa.

Pois bem... A Medida Provisória nº 2.186-16 **protege o conhecimento tradicional** das comunidades indígenas e das comunidades locais, associado ao patrimônio genético, **contra a utilização e exploração ilícita e outras ações lesivas ou não autorizadas** pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético.

Assim, o Estado reconhece que os conhecimentos tradicionais integram o patrimônio cultural brasileiro e, portanto, devem receber proteção, podendo ser objeto de cadastro, conforme dispuser o Conselho de Gestão e a legislação específica. O Estado reconhece, ainda, o **direito das comunidades indígenas e das comunidades locais** para **decidir**



**sobre o uso de seus conhecimentos tradicionais** associados ao patrimônio genético do País, nos termos da legislação. Nada mais justo do que isso, afinal, os detentores dos conhecimentos tradicionais são as comunidades indígenas e locais.

A proteção concedida ao conhecimento tradicional **não deve ser interpretada**, entretanto, de modo a **obstar a preservação, a utilização e o desenvolvimento** de conhecimento tradicional de comunidade indígena ou comunidade local.

O art. 9º, da MP nº 2.186-16 estabelece como será a proteção ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético:

**Art. 9º** À comunidade indígena e à comunidade local que criam, desenvolvem, detêm ou conservam conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, é garantido o direito de:

**I** - ter indicada a origem do acesso ao conhecimento tradicional em todas as publicações, utilizações, explorações e divulgações;

**II** - impedir terceiros não autorizados de:

**a)** utilizar, realizar testes, pesquisas ou exploração, relacionados ao conhecimento tradicional associado;

**b)** divulgar, transmitir ou retransmitir dados ou informações que integram ou constituem conhecimento tradicional associado;

**III** - perceber benefícios pela exploração econômica por terceiros, direta ou indiretamente, de conhecimento tradicional associado, cujos direitos são de sua titularidade, nos termos desta Medida Provisória.

**Parágrafo único.** Para efeito desta Medida Provisória, qualquer conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético poderá ser de titularidade da comunidade, ainda que apenas um indivíduo, membro dessa comunidade, detenha esse conhecimento.

Vejamos como esses assuntos podem ser cobrados em prova!



**8. (Juiz Federal/ TRF 1ª Região) Entende-se conhecimento tradicional como o conjunto de informações geradas em contexto associado com a cultura do grupo, transmitidas de geração para geração de forma tipicamente oral e detidas apenas por seus líderes, que as transmitem, exclusivamente, aos seus descendentes patrilineares e matrilocais.**

**Comentários:**

A questão apresentou uma definição doutrinária de conhecimento tradicional, a qual, todavia está incorreta. O conhecimento tradicional não é transmitido exclusivamente por via oral. Além disso, não são apenas os líderes da comunidade que detêm o conhecimento tradicional. Questão errada.

**9. (Analista Ambiental / MMA – 2008) No contexto da repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, de componentes do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais associados a esses recursos, somente as informações prestadas coletivamente por comunidade indígena ou local são consideradas conhecimento tradicional associado excluindo-se, portanto, aquelas informações ou práticas de caráter individual.**

**Comentários:**

Segundo o art. 7º, inciso II, da MP nº 2.186-16, conhecimento tradicional associado é a informação ou **prática individual ou coletiva** de comunidade indígena ou de comunidade local, com valor real ou potencial, associada ao patrimônio genético. Ao dizer que conhecimento tradicional se refere exclusivamente às informações prestadas coletivas, a questão está errada.

**10. (Questão Inédita) O conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético de integra o patrimônio cultural brasileiro e poderá ser objeto de cadastro, conforme dispuser o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético.**

**Comentários:**

Essa questão trata de um ponto bastante importante e do qual você não pode se esquecer na prova. O conhecimento tradicional **integra o patrimônio cultural brasileiro**. Ele poderá ser objeto de cadastro, conforme dispuser o Conselho de Gestão. Questão correta.

**11. (Questão Inédita) A União possui o direito exclusivo de decidir sobre o uso dos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético do País.**

**Comentários:**

O direito de decidir sobre o uso dos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético é **direito das comunidades indígenas e das comunidades locais**. Questão errada.

**12. (Questão Inédita) A comunidade indígena e a comunidade local que criam, desenvolvem, detêm ou conservam conhecimento**

**tradicional associado ao patrimônio genético detém o direito de perceber benefícios pela exploração econômica por terceiros, direta ou indiretamente, de conhecimento tradicional associado, cujos direitos são de sua titularidade.**

#### **Comentários:**

De fato, as comunidades indígenas e locais têm o direito de perceber **benefícios pela exploração econômica de conhecimento tradicional**. Afinal, são as comunidades indígenas e locais as detentoras da titularidade desses direitos. Questão correta.

**13. (Questão Inédita) Qualquer conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético poderá ser de titularidade da comunidade, ainda que apenas um indivíduo, membro dessa comunidade, detenha esse conhecimento.**

#### **Comentários:**

Isso é exatamente o que dispõe o art. 9º, parágrafo único, da MP nº 2.186-16. Mesmo que apenas um indivíduo da comunidade detenha um conhecimento tradicional, este poderá ser de titularidade da comunidade. Questão correta.

**14. (Questão Inédita) O conhecimento tradicional das comunidades indígenas e das comunidades locais, associado ao patrimônio genético, é protegido contra a utilização e exploração ilícita e outras ações lesivas ou não autorizadas pelo Conselho de Gestão.**

#### **Comentários:**

A MP nº 2.186-16 confere proteção ao conhecimento tradicional contra a utilização e exploração ilícita e outras ações lesivas ou não autorizadas pelo Conselho de Gestão. Questão correta.

### **1.3- O Conselho de Gestão do Patrimônio Genético: competências e atribuições institucionais:**

A Medida Provisória nº 2.186-16 criou, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético. Trata-se de **órgão de caráter deliberativo e normativo**, composto de **representantes de órgãos e de entidades da Administração Pública** que detêm competências relacionadas à gestão do patrimônio genético.

A presidência do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético compete ao representante do Ministério do Meio Ambiente. A composição do Conselho e seu funcionamento estão dispostos em regulamento. Suas competências estão definidas no art. 12, da MP nº 2.186-16:

**Art. 11.** Compete ao Conselho de Gestão:

**I** - coordenar a implementação de políticas para a gestão do patrimônio genético;

**II** – estabelecer:

**a)** normas técnicas;

**b)** critérios para as autorizações de acesso e de remessa;

**c)** diretrizes para elaboração do Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios.

**Comentários:** O **Contrato de Utilização do Patrimônio Genético** é um instrumento jurídico multilateral, que qualifica as partes, o objeto e as **condições de acesso e de remessa** de componente do patrimônio genético e de conhecimento tradicional associado, bem como as **condições para repartição de benefícios**.

Esse contrato funciona como uma espécie de parceria entre o Poder Público e um investidor privado. Por meio dele, a União autoriza o acesso ao patrimônio genético, mas garante a sua participação nos benefícios e no acesso ao conhecimento científico produzido.

Compete ao **Presidente do Conselho de Gestão** firmar, em nome da União, o Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios. Essa tarefa será subdelegada ao titular de instituição pública federal de pesquisa e desenvolvimento ou instituição pública federal de gestão.

**d)** critérios para a criação de base de dados para o registro de informação sobre conhecimento tradicional associado;

**III** - acompanhar, em articulação com órgãos federais, ou mediante convênio com outras instituições, as atividades de acesso e de remessa de amostra de componente do patrimônio genético e de acesso a conhecimento tradicional associado;

**IV** - deliberar sobre:

**a)** autorização de acesso e de remessa de amostra de componente do patrimônio genético, mediante anuência prévia de seu titular;

**b)** autorização de acesso a conhecimento tradicional associado, mediante anuência prévia de seu titular;

**Comentários:** O acesso a conhecimento tradicional associado depende de autorização do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e **anuência prévia de seu titular**.

**c)** autorização especial de acesso e de remessa de amostra de componente do patrimônio genético à instituição nacional, pública

ou privada, que exerça atividade de pesquisa e desenvolvimento nas áreas biológicas e afins, e à universidade nacional, pública ou privada, com prazo de duração de até dois anos, renovável por iguais períodos, nos termos do regulamento;

**Comentários:** A **remessa de amostra** de componente do patrimônio genético a instituição nacional (pública ou privada) que trabalhe com pesquisa e desenvolvimento nas áreas biológicas e afins, assim como a universidade nacional (pública ou privada) depende de autorização especial do Conselho de Gestão.

**d)** autorização especial de acesso a conhecimento tradicional associado à instituição nacional, pública ou privada, que exerça atividade de pesquisa e desenvolvimento nas áreas biológicas e afins, e à universidade nacional, pública ou privada, com prazo de duração de até dois anos, renovável por iguais períodos, nos termos do regulamento;

**Comentário:** O Conselho de Gestão também é competente para conceder a instituições e universidades nacionais (públicas e privadas) **autorização especial de acesso a conhecimento tradicional associado**.

**e)** credenciamento de instituição pública nacional de pesquisa e desenvolvimento ou de instituição pública federal de gestão para autorizar outra instituição nacional, pública ou privada, que exerça atividade de pesquisa e desenvolvimento nas áreas biológicas e afins:

- 1.** a acessar amostra de componente do patrimônio genético e de conhecimento tradicional associado;
- 2.** a remeter amostra de componente do patrimônio genético para instituição nacional, pública ou privada, ou para instituição sediada no exterior;

**Comentários:** O Conselho de Gestão **poderá credenciar** instituição pública nacional de pesquisa e desenvolvimento ou instituição pública federal de gestão. O **objetivo do credenciamento** é permitir que essas instituições **autorizem outras instituições** de pesquisa e desenvolvimento a acessar amostra de componente do patrimônio genético e de conhecimento tradicional associado e a remeter amostra de componente do patrimônio genético para instituição nacional, pública ou privada, ou para instituição sediada no exterior.

**f)** credenciamento de instituição pública nacional para ser fiel depositária de amostra de componente do patrimônio genético;

**V** - dar anuência aos Contratos de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios quanto ao atendimento dos requisitos previstos nesta Medida Provisória e no seu regulamento;

**Comentários:** Os Contratos de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios, para ter eficácia, deve ter **anuência do Conselho de Gestão**.

**VI** - promover debates e consultas públicas sobre os temas de que trata esta Medida Provisória;

**VII** - funcionar como instância superior de recurso em relação a decisão de instituição credenciada e dos atos decorrentes da aplicação desta Medida Provisória;

**VIII** - aprovar seu regimento interno.

**§ 1º** Das decisões do Conselho de Gestão caberá recurso ao plenário, na forma do regulamento.

**§ 2º** O Conselho de Gestão poderá organizar-se em câmaras temáticas, para subsidiar decisões do plenário.

A atividade de **coleta de componente do patrimônio genético** e de **acesso a conhecimento tradicional associado**, que contribua para o avanço do conhecimento e que **não esteja associada à bioprospecção**, quando envolver a **participação de pessoa jurídica estrangeira**, será autorizada pelo órgão responsável pela política nacional de pesquisa científica e tecnológica, observada a legislação. Tal autorização observará, ainda, as normas técnicas definidas pelo Conselho de Gestão, que exercerá supervisão dessas atividades.

Vejamos como esses assuntos podem ser cobrados em prova!



**15. (Questão Inédita) O Conselho de Gestão é órgão de caráter deliberativo e normativo, composto de representantes de órgãos e de entidades da Administração Pública que detêm competências relacionadas à gestão do patrimônio genético.**

**Comentários:**

Três características do Conselho de Gestão: i) órgão de caráter deliberativo e normativo; ii) composto de representantes de órgãos e entidades da Administração Pública e; iii) detém competências relacionadas à gestão do patrimônio genético. Questão correta.

**16. (Questão Inédita) Compete ao Conselho de Gestão deliberar sobre autorização de acesso e de remessa de amostra de componente do patrimônio genético, independentemente de anuência prévia de seu titular.**

**Comentários:**

De fato, o Conselho de Gestão delibera sobre autorização de acesso e de remessa de amostra de componente do patrimônio genético. No entanto, há necessidade de prévia anuência do titular. Questão errada.

**17. (Questão Inédita) Compete ao Conselho de Gestão acessar amostra de componente do patrimônio genético e de conhecimento tradicional associado.**

**Comentários:**

O Conselho de Gestão credencia instituições para que estas possam acessar amostra de componente do patrimônio genético e de conhecimento tradicional associado. Questão errada.

**18. (Questão Inédita) Compete ao Conselho de Gestão dar anuência aos Contratos de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios.**

**Comentários:**

De fato, o Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios, para ter eficácia, precisa da anuência do Conselho de Gestão. Questão correta.

**19. (Questão Inédita) A presidência do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético está a cargo do representante do Ministério do Meio Ambiente.**

**Comentários:**

É o representante do Ministério do Meio Ambiente quem exerce a presidência do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético. Questão correta.

**1.4- Acesso ao Patrimônio Genético:**

O **acesso a componente do patrimônio genético** existente em condições **in situ** (no *habitat* natural) no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, e ao **conhecimento tradicional associado** far-se-á mediante a **coleta de amostra e de informação**, respectivamente. Tais atividades somente serão autorizadas a instituição nacional (pública ou privada) que exerça atividade de pesquisa e desenvolvimento nas áreas biológicas e afins.



Suponha, por exemplo, que uma equipe de pesquisadoras da UNICAMP deseje coletar uma amostra de uma planta da região Amazônica. Eles deverão, então, organizar uma expedição para obter acesso a componente do patrimônio genético *in situ*.

A **participação de pessoa jurídica estrangeira** em expedição para coleta de amostra de componente do patrimônio genético *in situ* e para acesso de conhecimento tradicional associado **somente será autorizada quando em conjunto com instituição pública nacional**, ficando a coordenação das atividades obrigatoriamente a cargo da instituição pública nacional e desde que todas as instituições envolvidas exerçam atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas biológicas e afins.

A **Autorização de Acesso e de Remessa** será concedida após **anuência prévia**:

- a) da comunidade indígena envolvida, ouvido o órgão indigenista oficial, quando o acesso ocorrer em terra indígena;
- b) do órgão competente, quando o acesso ocorrer em área protegida;
- c) do titular de área privada, quando o acesso nela ocorrer;
- d) do Conselho de Defesa Nacional, quando o acesso se der em área indispensável à segurança nacional;
- e) da autoridade marítima, quando o acesso se der em águas jurisdicionais brasileiras, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva.

Em caso de **relevante interesse público**, assim caracterizado pelo Conselho de Gestão, o ingresso em área pública ou privada para acesso a amostra de componente do patrimônio genético **dispensará anuência prévia dos seus titulares**, ficando garantido a estes a repartição dos benefícios. Embora no caso de relevante interesse público não seja necessária a anuência prévia, a comunidade local ou o proprietário deverá ser previamente informado.

Se houver **perspectiva de uso comercial**, o acesso a amostra de componente do patrimônio genético, em condições *in situ*, e ao conhecimento tradicional associado, somente poderão ocorrer após assinatura de **Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios**. A pesquisa sobre componentes do patrimônio genético deve ser realizada preferencialmente no território nacional.

Pode ocorrer de, no momento do pleito de autorização de acesso, não existir perspectiva de uso comercial, mas, após a coleta da amostra e de informação oriunda de conhecimento tradicional associado, ser identificado potencial de uso econômico. Nesse caso, a **instituição beneficiária deverá informar ao Conselho de Gestão ou à instituição** onde se originou o processo de acesso e de remessa, para a formalização de **Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios**.

Segundo o art. 18, da MP nº 2186-16, a conservação **ex situ** (fora do *habitat* natural) de amostra de componente do patrimônio genético **deve ser realizada no território nacional, podendo, suplementarmente, a critério do Conselho de Gestão, ser realizada no exterior**. As coleções **ex situ** de amostra de componente do patrimônio genético **deverão ser cadastradas** junto à unidade executora do Conselho de Gestão, conforme dispuser o regulamento.

A **remessa de amostra de componente do patrimônio genético** de instituição nacional, pública ou privada, para outra instituição nacional, pública ou privada, será **efetuada a partir de material em condições ex situ**, mediante a informação do uso pretendido. Deverão, ainda, ser observadas algumas condições relacionadas na MP nº 2.186-16 e outras definidas pelo Conselho de Gestão. As condições que devem ser cumpridas estão relacionadas no art. 19.

**Art. 19.** A remessa de amostra de componente do patrimônio genético de instituição nacional, pública ou privada, para outra instituição nacional, pública ou privada, será efetuada a partir de material em condições **ex situ**, mediante a informação do uso pretendido, observado o cumprimento cumulativo das seguintes condições, além de outras que o Conselho de Gestão venha a estabelecer:

**I** - depósito de sub-amostra representativa de componente do patrimônio genético em coleção mantida por instituição credenciada, caso ainda não tenha sido cumprido o disposto no § 3º do art. 16 desta Medida Provisória;

**II** - nos casos de amostra de componente do patrimônio genético acessado em condições **in situ**, antes da edição desta Medida Provisória, o depósito de que trata o inciso anterior será feito na forma acessada, se ainda disponível, nos termos do regulamento;

**III** - fornecimento de informação obtida durante a coleta de amostra de componente do patrimônio genético para registro em base de dados mencionada na alínea "b" do inciso III do art. 14 e alínea "b" do inciso IX do art. 15 desta Medida Provisória;

**IV** - prévia assinatura de Termo de Transferência de Material.

E a remessa de amostra de componente genético para instituição sediada no exterior?

Bem, nesse caso, a remessa será feita a partir de **material em condições *ex situ***, mediante a **informação do uso pretendido** e a **prévia autorização do Conselho de Gestão ou de instituição credenciada**. Deverão, ainda, ser observadas as demais regras do art. 19.

Vejamos como esses assuntos podem ser cobrados em prova!



**20. (ABIN-Agente de Inteligência-2008) Em caso de relevante interesse público, assim caracterizado pelo Conselho de Gestão, o ingresso em área pública ou privada, para acesso a amostra de componente do patrimônio genético, depende da anuência prévia dos seus titulares.**

**Comentários:**

Segundo o art. 17, da MP nº 2.186-16, em caso de **relevante interesse público**, assim caracterizado pelo Conselho de Gestão, o ingresso em área pública ou privada para acesso a amostra de componente do patrimônio genético **dispensará anuência prévia dos seus titulares**. Questão errada.

**21. (ABIN-Oficial de Inteligência-2008) Em caso de relevante interesse público, assim caracterizado pelo Conselho de Gestão, o ingresso em área pública ou privada para acesso a amostra de componente do patrimônio genético dispensará a anuência prévia dos seus titulares.**

**Comentários:**

É exatamente o que dispõe o art. 17, da MP nº 2.186-16. Em caso de relevante interesse público, fica dispensada anuência prévia. Questão correta.

**22. (Questão Inédita) O acesso a componente do patrimônio genético existente em condições *in situ* no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, e ao conhecimento tradicional associado serão autorizadas a instituição nacional (pública ou privada) que exerça atividade de pesquisa e desenvolvimento nas áreas biológicas e afins.**

**Comentários:**

Segundo o art. 16, da MP nº 2.186-16, o **acesso a componente do patrimônio genético existente em condições in situ** e ao **conhecimento tradicional associado** far-se-á mediante a coleta de amostra e de informação, respectivamente, e somente será autorizado a **instituição nacional, pública ou privada**, que exerça atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas biológicas e afins, mediante prévia autorização. Questão correta.

**23. (Questão Inédita) Uma pessoa jurídica estrangeira não poderá participar de expedição para coleta de amostra de componente do patrimônio genético in situ e para acesso de conhecimento tradicional associado.**

#### Comentários:

A pessoa jurídica estrangeira poderá participar da expedição, mas deverá fazê-lo em conjunto com instituição pública nacional. Questão errada.

**24. (Questão Inédita) A conservação ex situ de amostra de componente do patrimônio genético não poderá ser realizada no exterior.**

#### Comentários:

Segundo o art. 18, da MP nº 2.186-16, a conservação *ex situ* de amostra de componente do patrimônio genético deve ser realizada no território nacional, **podendo**, suplementarmente, a critério do Conselho de Gestão, **ser realizada no exterior**. Questão errada.

### 1.5- Acesso à Tecnologia e Transferência de Tecnologia:

A **instituição que receber amostra** de componente do patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado **facilitará o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia** para a conservação e utilização desse patrimônio ou desse conhecimento à instituição nacional responsável pelo acesso e remessa da amostra e da informação sobre o conhecimento, ou instituição por ela indicada.

O art. 22, da MP nº 2.186-16 dispõe como será o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia entre instituição nacional de pesquisa e desenvolvimento (pública ou privada) e instituição sediada no exterior:

**Art. 22.** O acesso à tecnologia e transferência de tecnologia entre instituição nacional de pesquisa e desenvolvimento, pública ou privada, e instituição sediada no exterior, poderá realizar-se, dentre outras atividades, mediante:

**I** - pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico;

**II** - formação e capacitação de recursos humanos;

**III** - intercâmbio de informações;

**IV** - intercâmbio entre instituição nacional de pesquisa e instituição de pesquisa sediada no exterior;

**V** - consolidação de infraestrutura de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico;

**VI** - exploração econômica, em parceria, de processo e produto derivado do uso de componente do patrimônio genético; e

**VII** - estabelecimento de empreendimento conjunto de base tecnológica.

A **empresa que**, no processo de garantir o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia à instituição nacional, pública ou privada, responsável pelo acesso e remessa de amostra de componente do patrimônio genético e pelo acesso à informação sobre conhecimento tradicional associado, **investir em atividade de pesquisa e desenvolvimento no País, fará jus a incentivo fiscal para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária**, e a outros instrumentos de estímulo, na forma da legislação pertinente.

## 1.6 – Repartição de Benefícios:

Os **benefícios resultantes da exploração econômica** de produto ou processo desenvolvido a partir de amostra de componente do patrimônio genético e de conhecimento tradicional associado, obtidos por instituição nacional ou instituição sediada no exterior, serão **repartidos, de forma justa e equitativa**, entre as partes contratantes, conforme dispuser o regulamento e a legislação pertinente.

A repartição de benefícios é feita com base em **Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios**, o qual deverá identificar com clareza as partes contratantes. De um lado, estará o proprietário da área pública ou privada, ou o representante da comunidade indígena e do órgão indigenista oficial, ou o representante da comunidade local; do outro lado, estarão a instituição nacional autorizada a efetuar o acesso e a instituição destinatária.

Os **benefícios decorrentes da exploração econômica** de produto ou processo, desenvolvido a partir de amostra do patrimônio genético ou de conhecimento tradicional associado, **poderão ser**

**monetários ou não-monetários.** O art. 26 traz uma **lista não-exaustiva** desses benefícios:

**Art. 25.** Os benefícios decorrentes da exploração econômica de produto ou processo, desenvolvido a partir de amostra do patrimônio genético ou de conhecimento tradicional associado, poderão constituir-se, dentre outros, de:

**I** - divisão de lucros;

**II** - pagamento de *royalties*;

**III** - acesso e transferência de tecnologias;

**IV** - licenciamento, livre de ônus, de produtos e processos; e

**V** - capacitação de recursos humanos.

Os Contratos de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios serão submetidos para **registro no Conselho de Gestão** e só **terão eficácia após sua anuência**. Serão nulos, não gerando qualquer efeito jurídico, os Contratos de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios firmados em desacordo com os dispositivos da MP nº 2.186-16 e de seu regulamento.

Há algumas **cláusulas essenciais** que, obrigatoriamente, **deverão estar contidas** no Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios, as quais deverão dispor sobre: i) objeto, seus elementos, quantificação da amostra e uso pretendido; ii) prazo de duração; iii) forma de repartição justa e equitativa de benefícios e, quando for o caso, acesso à tecnologia e transferência de tecnologia; iv) direitos e responsabilidades das partes; v) direito de propriedade intelectual; vi) rescisão; vii) penalidades; viii) foro no Brasil. Quando a União for parte no contrato, ele será regido pelo **regime jurídico de direito público**.

Vejamos como esses assuntos podem ser cobrados em prova!



**25. (Questão Inédita)** A instituição que receber amostra de componente do patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado facilitará o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para a conservação e utilização desse patrimônio ou desse conhecimento à instituição nacional responsável pelo acesso e remessa da amostra e da informação sobre o conhecimento, ou instituição por ela indicada.

**Comentários:**



Essa é uma obrigação de transferência de tecnologia prevista no art. 21, da MP nº 2.186-16. A instituição que **recebe amostra de componente do patrimônio genético ou conhecimento tradicional** deve facilitar o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia à instituição que lhe remeteu a amostra e informação sobre o conhecimento. Questão correta.

**26. (Questão Inédita) Não poderá haver transferência de tecnologia entre instituição nacional de pesquisa e desenvolvimento e instituição sediada no exterior.**

**Comentários:**

É plenamente possível a transferência de tecnologia entre instituição nacional de pesquisa e desenvolvimento e instituição sediada no exterior. Questão errada.

**27. (Questão Inédita) Os benefícios decorrentes de exploração econômica de produto ou processo, desenvolvido a partir de amostra do patrimônio genético ou de conhecimento tradicional poderão constituir-se, dentre outros, de divisão de lucros e pagamento de royalties.**

**Comentários:**

Os benefícios poderão ser monetários ou não-monetários. Duas espécies de benefícios monetários são a divisão de lucros e o pagamento de *royalties*. Questão correta.

**28. (Questão Inédita) Os Contratos de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios serão submetidos para registro no Conselho de Gestão e só terão eficácia após sua anuência.**

**Comentários:**

Os Contratos de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios somente terão eficácia após a anuência do Conselho de Gestão. Questão correta.

**29. (Questão Inédita) O Contrato de Utilização do Patrimônio Genético não precisa prever a forma de repartição dos benefícios.**

**Comentários:**

É essencial que, no Contrato de Utilização do Patrimônio Genético, esteja prevista cláusula que determine forma de repartição justa e equitativa de benefícios. Questão errada.



## 1.7- Sanções Administrativas:

Segundo o art. 30, da MP nº 2.186-16, considera-se **infração administrativa** contra o patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado toda **ação ou omissão** que viole as normas da referida Medida Provisória e demais disposições legais pertinentes.

A lista de **sanções aplicáveis** está prevista no art. 30, § 1º:

**Art. 30.** .....

**§ 1º** As infrações administrativas serão punidas na forma estabelecida no regulamento desta Medida Provisória, com as seguintes sanções:

**I** - advertência;

**II** - multa;

**III** - apreensão das amostras de componentes do patrimônio genético e dos instrumentos utilizados na coleta ou no processamento ou dos produtos obtidos a partir de informação sobre conhecimento tradicional associado;

**IV** - apreensão dos produtos derivados de amostra de componente do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado;

**V** - suspensão da venda do produto derivado de amostra de componente do patrimônio genético ou do conhecimento tradicional associado e sua apreensão;

**VI** - embargo da atividade;

**VII** - interdição parcial ou total do estabelecimento, atividade ou empreendimento;

**VIII** - suspensão de registro, patente, licença ou autorização;

**IX** - cancelamento de registro, patente, licença ou autorização;

**X** - perda ou restrição de incentivo e benefício fiscal concedidos pelo governo;

**XI** - perda ou suspensão da participação em linha de financiamento em estabelecimento oficial de crédito;

**XII** - intervenção no estabelecimento;

**XIII** - proibição de contratar com a Administração Pública, por período de até cinco anos.

A multa será **arbitrada pela autoridade competente**, de acordo com a gravidade da infração e na forma do regulamento. Para **pessoa física**, ela poderá variar de R\$ 200,00 (duzentos reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Já se a infração for cometida por **pessoa jurídica**, ou com seu concurso, a multa será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), arbitrada pela autoridade competente, de acordo com a gravidade da infração, na forma do regulamento. Destaque-se que, em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro.

As amostras, produtos e equipamentos que forem objeto de apreensão como sanção administrativa terão sua **destinação definida** pelo **Conselho de Gestão do Patrimônio Genético**.

### 1.8- Outras Disposições:

Vamos, agora, examinar o Capítulo IX (Disposições Finais) da MP nº 2186-16.

**Art. 31.** A concessão de direito de propriedade industrial pelos órgãos competentes, sobre processo ou produto obtido a partir de amostra de componente do patrimônio genético, fica condicionada à observância desta Medida Provisória, devendo o requerente informar a origem do material genético e do conhecimento tradicional associado, quando for o caso.

**Comentários:** Os **processos e produtos** obtidos a partir de amostra de componente do patrimônio genético somente receberá o **registro de patente** (propriedade industrial) caso tenham sido cumpridas as regras da MP nº 2.186-16.

**Art. 32.** Os órgãos federais competentes exercerão a fiscalização, a interceptação e a apreensão de amostra de componente do patrimônio genético ou de produto obtido a partir de informação sobre conhecimento tradicional associado, acessados em desacordo com as disposições desta Medida Provisória, podendo, ainda, tais atividades serem descentralizadas, mediante convênios, de acordo com o regulamento.

**Comentários:** Esse dispositivo estatui o **dever de fiscalização** dos órgãos públicos em relação ao cumprimento das regras sobre **acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado**.

**Art. 33.** A parcela dos lucros e dos *royalties* devidos à União, resultantes da exploração econômica de processo ou produto desenvolvido a partir de amostra de componente do patrimônio genético, bem como o valor das multas e indenizações de que trata esta Medida Provisória serão destinados ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, ao Fundo Naval, criado pelo Decreto nº 20.923, de 8 de janeiro de 1932, e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, criado pelo Decreto-Lei nº 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei nº 8.172, de 18 de janeiro de 1991, na forma do regulamento.

**Parágrafo único.** Os recursos de que trata este artigo serão utilizados exclusivamente na conservação da diversidade biológica, incluindo a recuperação, criação e manutenção de

bancos depositários, no fomento à pesquisa científica, no desenvolvimento tecnológico associado ao patrimônio genético e na capacitação de recursos humanos associados ao desenvolvimento das atividades relacionadas ao uso e à conservação do patrimônio genético.

**Comentários:** Os **lucros e royalties pagos à União** em razão da exploração econômica de processos e produtos desenvolvidos a partir de amostra de componente do patrimônio genético serão destinados ao **Fundo Nacional do Meio Ambiente**, ao **Fundo Naval** e ao **Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico**. Também deverão ser destinados a esses fundos o valor das multas e indenizações de que trata a MP nº 2.186-16.

Vejamos como esses assuntos podem ser cobrados em prova!



**30. (Questão Inédita) As infrações administrativas contra o patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional serão sempre sancionadas por meio da aplicação de multas.**

**Comentários:**

Há diversos tipos de sanção contra as infrações ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional. Questão errada.

**31. (Questão Inédita) A concessão de direito de propriedade industrial pelos órgãos competentes, sobre processo ou produto obtido a partir de amostra de componente do patrimônio genético, fica condicionada à observância da Medida Provisória nº 2.168-16, devendo o requerente informar a origem do material genético e do conhecimento tradicional associado, quando for o caso.**

**Comentários:**

É o que dispõe o art. 31, da MP nº 2.168-16. Os processos e produtos obtidos a partir de amostra de componente do patrimônio genético somente receberá o registro de patente (propriedade industrial) caso tenham sido cumpridas as regras da MP nº 2.186-16. Questão correta.

**32. (Questão Inédita) A parcela dos lucros e dos royalties devidos à União, resultantes da exploração econômica de processo ou produto desenvolvido a partir de**

**amostra de componente do patrimônio genético, bem como o valor das multas e indenizações de que trata a Medida Provisória nº 2.168-16 serão destinados ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, ao Fundo Naval e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.**

**Comentários:**

De fato, os valores arrecadados deverão ser direcionados ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, ao Fundo Naval e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Questão correta.

## LISTA DE QUESTÕES

1. (ABIN-Agente de Inteligência-2008) Considera-se bioprospecção a atividade exploratória por meio da qual se visa identificar componente do patrimônio genético e informação sobre conhecimento tradicional associado, com potencial de uso comercial.
2. (ABIN-Oficial de Inteligência-2008) No conceito da atividade exploratória de bioprospecção não se inclui a necessidade do potencial de uso comercial do componente do patrimônio genético.
3. (Questão Inédita) A MP nº 2.186-16 dispõe sobre os bens, os direitos e as obrigações relativos, dentre outros, ao acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva para fins de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico ou bioprospecção.
4. (Questão Inédita) O acesso ao patrimônio genético existente no Brasil depende somente da autorização das comunidades locais e terá o seu uso, comercialização e aproveitamento para quaisquer fins submetidos à fiscalização, restrições e repartição de benefícios nos termos e nas condições estabelecidos na MP nº 2.186-16 e no seu regulamento.
5. (Questão Inédita) Os benefícios derivados da exploração de componente do patrimônio genético devem ser repartidos de forma justa e equitativa.
6. (Questão Inédita) A MP nº 2.186-16 dispõe sobre os bens, os direitos e as obrigações relativos, dentre outros, ao acesso a componente do patrimônio genético humano existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva.
7. (Questão Inédita) Patrimônio genético é toda informação de origem genética, contida em amostras do todo ou de parte de espécime vegetal, fúngico, microbiano ou animal, na forma de moléculas e substâncias provenientes do metabolismo destes seres vivos e de extratos obtidos destes organismos vivos ou mortos, encontrados em condições *ex situ*.
8. (Juiz Federal/ TRF 1ª Região) Entende-se conhecimento tradicional como o conjunto de informações geradas em contexto associado com a cultura do grupo, transmitidas de geração para geração de forma tipicamente oral e detidas apenas por seus líderes, que as transmitem, exclusivamente, aos seus descendentes patrilineares e matrilocais.

**9. (Analista Ambiental / MMA – 2008) No contexto da repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, de componentes do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais associados a esses recursos, somente as informações prestadas coletivamente por comunidade indígena ou local são consideradas conhecimento tradicional associado excluindo-se, portanto, aquelas informações ou práticas de caráter individual.**

**10. (Questão Inédita) O conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético de integra o patrimônio cultural brasileiro e poderá ser objeto de cadastro, conforme dispuser o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético.**

**11. (Questão Inédita) A União possui o direito exclusivo de decidir sobre o uso dos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético do País.**

**12. (Questão Inédita) A comunidade indígena e a comunidade local que criam, desenvolvem, detêm ou conservam conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético detêm o direito de perceber benefícios pela exploração econômica por terceiros, direta ou indiretamente, de conhecimento tradicional associado, cujos direitos são de sua titularidade.**

**13. (Questão Inédita) Qualquer conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético poderá ser de titularidade da comunidade, ainda que apenas um indivíduo, membro dessa comunidade, detenha esse conhecimento.**

**14. (Questão Inédita) O conhecimento tradicional das comunidades indígenas e das comunidades locais, associado ao patrimônio genético, é protegido contra a utilização e exploração ilícita e outras ações lesivas ou não autorizadas pelo Conselho de Gestão.**

**15. (Questão Inédita) O Conselho de Gestão é órgão de caráter deliberativo e normativo, composto de representantes de órgãos e de entidades da Administração Pública que detêm competências relacionadas à gestão do patrimônio genético.**

**16. (Questão Inédita) Compete ao Conselho de Gestão deliberar sobre autorização de acesso e de remessa de amostra de componente do patrimônio genético, independentemente de anuência prévia de seu titular.**

**17. (Questão Inédita) Compete ao Conselho de Gestão acessar amostra de componente do patrimônio genético e de conhecimento tradicional associado.**

**18. (Questão Inédita) Compete ao Conselho de Gestão dar anuência aos Contratos de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios.**

**19. (Questão Inédita) A presidência do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético está a cargo do representante do Ministério do Meio Ambiente.**

**20. (ABIN-Agente de Inteligência-2008) Em caso de relevante interesse público, assim caracterizado pelo Conselho de Gestão, o ingresso em área pública ou privada, para acesso a amostra de componente do patrimônio genético, depende da anuência prévia dos seus titulares.**

**21. (ABIN-Oficial de Inteligência-2008) Em caso de relevante interesse público, assim caracterizado pelo Conselho de Gestão, o ingresso em área pública ou privada para acesso a amostra de componente do patrimônio genético dispensará a anuência prévia dos seus titulares.**

**22. (Questão Inédita) O acesso a componente do patrimônio genético existente em condições *in situ* no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, e ao conhecimento tradicional associado serão autorizadas a instituição nacional (pública ou privada) que exerça atividade de pesquisa e desenvolvimento nas áreas biológicas e afins.**

**23. (Questão Inédita) Uma pessoa jurídica estrangeira não poderá participar de expedição para coleta de amostra de componente do patrimônio genético *in situ* e para acesso de conhecimento tradicional associado.**

**24. (Questão Inédita) A conservação *ex situ* de amostra de componente do patrimônio genético não poderá ser realizada no exterior.**

**25. (Questão Inédita) A instituição que receber amostra de componente do patrimônio genético ou conhecimento tradicional associado facilitará o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para a conservação e utilização desse patrimônio ou desse conhecimento à instituição nacional responsável pelo acesso e remessa da amostra e da informação sobre o conhecimento, ou instituição por ela indicada.**

**26. (Questão Inédita) Não poderá haver transferência de tecnologia entre instituição nacional de pesquisa e desenvolvimento e instituição sediada no exterior.**



**27. (Questão Inédita) Os benefícios decorrentes de exploração econômica de produto ou processo, desenvolvido a partir de amostra do patrimônio genético ou de conhecimento tradicional poderão constituir-se, dentre outros, de divisão de lucros e pagamento de royalties.**

**28. (Questão Inédita) Os Contratos de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios serão submetidos para registro no Conselho de Gestão e só terão eficácia após sua anuência.**

**29. (Questão Inédita) O Contrato de Utilização do Patrimônio Genético não precisa prever a forma de repartição dos benefícios.**

**30. (Questão Inédita) As infrações administrativas contra o patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional serão sempre sancionadas por meio da aplicação de multas.**

**31. (Questão Inédita) A concessão de direito de propriedade industrial pelos órgãos competentes, sobre processo ou produto obtido a partir de amostra de componente do patrimônio genético, fica condicionada à observância da Medida Provisória nº 2.168-16, devendo o requerente informar a origem do material genético e do conhecimento tradicional associado, quando for o caso.**

**32. (Questão Inédita) A parcela dos lucros e dos royalties devidos à União, resultantes da exploração econômica de processo ou produto desenvolvido a partir de amostra de componente do patrimônio genético, bem como o valor das multas e indenizações de que trata a Medida Provisória nº 2.168-16 serão destinados ao Fundo Nacional do Meio Ambiente, ao Fundo Naval e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.**

**GABARITO**

1. C	8. E	15. C	22. C	29. E
2. E	9. E	16. E	23. E	30. E
3. C	10. C	17. E	24. E	31. C
4. E	11. E	18. C	25. C	32. C
5. C	12. C	19. C	26. E	
6. E	13. C	20. E	27. C	
7. E	14. C	21. C	28. C	